

Prazo para inscrições de candidaturas a Convencionais à XXIX CNO somente até 4 de julho

Está aberto o prazo para as **inscrições de Convencionais para a XXIX Convenção Nacional Ordinária (CNO)** que será realizada em Brasília, de 23 a 25 de setembro. Os associados efetivos e quites com os deveres associativos podem se candidatar até as 16h59 de **4 de julho** de 2023.

O quantitativo de vagas por estado e o cronograma estão disponíveis no Edital das Eleições para Convencionais (acesse [aqui](#)). O processo será realizado exclusivamente por meio eletrônico, conforme normas definidas no Regulamento Eleitoral (confira [aqui](#)).

Encerrado o período de inscrições, a ANFIP dará continuidade ao calendário eleitoral, que inclui prazo de impugnações, divulgação final das candidaturas, lacre do sistema e do banco de dados. Concluídos estes procedimentos, serão realizadas as **Eleições dos Convencionais**, de **28 de julho a 1º de agosto** de 2023, também exclusivamente por meio eletrônico.

A divulgação do resultado das eleições será no dia 2 de agosto de 2023. Após o período para apresentação de impugnação e análises, o resultado geral será anunciado no dia 7 de agosto de 2023, nos canais oficiais da ANFIP.

Acesse [aqui](#) a plataforma eleitoral e inscreva-se.



ANFP promove 2ª edição do PréFIT 2023



Após o sucesso da **1ª edição**, o seminário PréFIT 2023 volta com mais força, trazendo novos palestrantes nacionais e internacionais, além de parlamentares, para debater a “Tributação da renda, da riqueza e do consumo: o Brasil na contramão da OCDE”.

O evento é uma iniciativa da ANFIP, Fenafisco e Sindifisco Nacional, com apoio da Fenafim, e será

realizado no dia **4 de julho**, a partir das **9 horas**, no Auditório Freitas Nobre da Câmara dos Deputados.

As inscrições podem ser feitas [aqui](#). Caso queira participar presencialmente, antecipe sua inscrição, pois as vagas são limitadas.

Também será possível acompanhar o seminário on-line, pela [TV ANFIP](#), [no YouTube](#).

Pré-programação

9h – Abertura

9h15 às 10h30 – Palestrantes internacionais

- Sara Perret – Chefe da Divisão de Imposto de Renda e Propriedade do Centro de Política e Administração Tributária da OCDE
- Florência Lorenzo – Pesquisadora latino-americana da Tax Justice Network

10h30 às 12h30 – Perspectivas da Reforma Tributária no Brasil Deputados federais confirmados:

- Bohn Gass (PT/RS)
- Guilherme Boulos (PSOL/SP)
- Ivan Valente (PSOL/SP)
- Mauro Benevides Filho (PDT/CE)
- Reginaldo Lopes (PT/MG)

12h30 – Encerramento

Entidades definem pauta para a campanha salarial de 2024
PÁGINA 4

Frente Parlamentar avalia arcabouço fiscal e impactos para servidores
PÁGINA 6

Pacto de Brasília analisa substitutivo da PEC 45/19
PÁGINA 7

Seminário detalha estrutura e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social



“O tema não é novo. Sempre surgiu nas constituições, não exatamente com essa definição de regime próprio de previdência, mas sim como um direito à previdência do servidor distinto do Regime Geral de Previdência Social”, definiu. Décio Lopes falou ainda sobre insegurança jurídica. “A única certeza que vamos ter é que tudo pode mudar, para piorar ou para melhorar. Como a Constituição não é mais garantidora, e como as regras constitucionais são todas transitórias, até que lei complementar a modifique, então tudo é transitório”, concluiu. Confira [aqui](#) a palestra na TV ANFIP.

O diretor do Departamento dos Regimes de Previdência do Serviço Público da Secretaria de Regime Próprio do Ministério da Previdência, **Alexx Albert Rodrigues**, apresentou a visão institucional das atividades que o Ministério da Previdência Social faz relacionadas à previdência do servidor. Dentro da estrutura do governo, Rodrigues falou das atribuições do Departamento, entre elas, supervisionar e fiscalizar os RPPS; definir as políticas e diretrizes normativas dos parâmetros gerais dos RPPS; receber e divulgar as informações estatísticas, atuariais e financeiras; capacitar e fomentar a melhoria da gestão; atender conselheiros, dirigentes, servidores, congressistas e entidades; e coordenar a participação representativa de todo segmento.

Rodrigues mostrou ainda como está a estrutura atual do Ministério da Previdência e do Departamento dos RPPS, explicou o funcionamento do Conselho Nacional dos Regimes Próprios e falou sobre os desafios e as oportunidades de gestão. Confira [aqui](#), na TV ANFIP, a participação de Rodrigues. ▶

A ANFIP-RJ, Estadual do Rio de Janeiro, juntamente com o Sindicato Carioca dos Fiscais de Renda do Rio (Sincaf), Sindicato dos Fazendários do Estado do Rio de Janeiro (Sinfazerj), Sindicato dos Servidores Efetivos Ativos e Inativos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (SinSeal) e Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual do Rio de Janeiro (Sinfrerj), e apoio da ANFIP, promoveu no dia 26 de junho o seminário Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) – Desafios e Perspectivas, com palestras presenciais e transmissão pela TV ANFIP.

Na abertura do evento, o presidente da ANFIP, **Vilson Romero**, lembrou que a primeira edição do seminário ocorreu em dezembro de 2022, em parceria com a Fenafisco e a Fenafim, e que a ideia é multiplicar o debate em todas as regiões do país. “Por que queremos discutir os Regimes Próprios? Porque a reforma da Previdência trouxe inúmeras maldades para o conjunto dos trabalhadores do serviço público e da iniciativa

privada. E sobre nós, aposentados, paira uma espada de Dâmoques, que é a contribuição extraordinária. Todos os Regimes Próprios estão com desequilíbrio atuarial e isso é motivador de termos uma cobrança extraordinária a qualquer momento, dependendo da vontade política dos governos”, alertou.

Romero dividiu a mesa solene com o presidente da ANFIP-RJ, Adilson da Silva Bastos; com a diretora Jurídica do Sincaf, Jane Castelo; com o vice-presidente da Pública Central do Servidor, José Eduardo Rangel; e com o diretor de Apoio Legislativo do Sinfrerj, Ricardo Brant.

Palestras - O presidente da ANFIP-MG e conselheiro do Conselho Nacional dos Regimes Próprios (CNRPPS), **Décio Bruno Lopes**, abriu a programação técnica do evento com um resumo da história da legislação dos Regimes Próprios de Previdência Social ao longo do tempo, desde a Constituição de 1891 até a atualidade, incluindo emendas e atos infraconstitucionais.

Expediente

LINHA DIRETA é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
Sede: SBN Qd. 01 BL H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Envie seus comentários sobre o LINHA DIRETA para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETORA RESPONSÁVEL
Martuce do Socorro da Silva Soares

Editora
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado,
Marina Rodrigues e Thayná Cavalcante.

Edição eletrônica
Allan Vitalino e Gilmar Vitalino



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

Ao abordar os parâmetros de cálculo dos benefícios, **Marcelo Barroso de Campos**, presidente do Conselho Deliberativo da Previm-AM, afirmou que as reformas que foram realizadas desde a Constituição de 1988 tiveram dois objetivos: reduzir o valor dos benefícios e aumentar a arrecadação; passando da integralidade para o declínio significativo dos valores dos benefícios e a supressão de direitos para ativos e aposentados. Diante disso, defendeu, entre outras soluções, a necessidade de buscar novas fontes de custeio para a Previdência Social, a exemplo da compensação financeira pela utilização dos recursos naturais no Brasil.

Barroso afirmou ainda que não há base constitucional para instituir a contribuição extraordinária de estados e municípios, devendo ser aplicável apenas no âmbito da União. “Contribuição previdenciária tem natureza tributária. Natureza tributária tem que ter tratamento pelo sistema tributário nacional. E o sistema tributário nacional prevê que, para instituir um tributo, tem que haver fundamento na Constituição da República Federativa do Brasil. Não pode esse fundamento estar no Poder Constituinte da Constituição Estadual, na Lei Orgânica Municipal. Pensem nisso, a ideia é de reflexão”. Assista [aqui](#) a palestra de Barroso.

O mestre em Atuária e Estatística e consultor de Previdência, **Ivo Bettega Loyola**, informou que a estrutura atuarial dos RPPS e RPC que o país tem hoje é muito antiga. “Ela foi feita para o século passado, onde você tinha a imposição pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) das políticas de ajuste estrutural, o que tem hoje era para ser muito pior”, disse.

Segundo o atuário, a resolução dos problemas dos regimes exige uma abordagem totalmente diferente da questão e não apenas adoção de medidas paliativas. “Temos que fazer diversas redefinições em que é necessário ter um entendimento para isso, se a fórmula matemática que o atuário usa não está representando adequada e matematicamente a descrição do benefício que está na lei, tem que utilizar outra fórmula”, alerta.

Entre as soluções, Loyola destaca a administração correta e o ajuste da modelagem. “Se você pegar os regimes



com todos os problemas que eles têm de definições erradas e fizer a modelagem correta, vai descobrir que o déficit é muito menor e o problema não está nele, está na gestão dos benefícios”. Veja [aqui](#) a participação de Loyola.

Cláudia George Muselli Cezar, diretora do Instituto de Previdência de Jundiaí (SP), apresentou o estudo de caso do município. O regime possui 11 mil vidas, sendo 8 mil ativos e 3.200 aposentados e pensionistas, sendo considerado um RPPS de grande porte.

Hoje, conforme detalhou Cláudia, se vive com três gerações de RPPS: os segurados que têm paridade, os que estão na média e a nova geração, que entrou após a reforma. “Jundiaí já fez a reforma da previdência, lá a nossa legislação aderiu às regras da Emenda 103/19. A única adequação feita na legislação foi na questão do rol das doenças graves para aposentadoria”, explicou. Além disso, a previdência complementar também está instituída no município, desde 2021. “Não foi um movimento fácil. A prefeitura optou por um processo bem democrático. Então a gente teve um número enorme de audiências públicas e reuniões com os servidores, e foi criado um site para falar da reforma”, disse. A diretora também relatou o déficit atuarial no sistema e as medidas adotadas para equilibrar as contas, assim como rotinas de gestão para manter o Instituto em funcionamento. Assista [aqui](#) a participação de Cláudia Muselli no seminário.

O coordenador-geral de Centralização dos Regimes Próprios de Previdência da União (RPPU), **Olacir Luchetta**, falou sobre o processo de centralização, no INSS, da

gestão previdenciária dos servidores da administração indireta do Poder Executivo, o qual adiantou que não é mais um projeto. “Já está em andamento. Estamos cumprindo um decreto e temos algumas situações já consolidadas”, afirmou. Também está na Coordenadoria a centralização e operação do Comprev (Compensação Previdenciária), que não se fala muito, especialmente no regime próprio, e muitas autarquias não sabem do que se trata, conforme destacou.

Luchetta relatou que o processo de centralização não foi isolado. Foi o cumprimento da lei, que determinou ao INSS as atividades de concessão e de manutenção das aposentadorias e pensões das autarquias e fundações. “Essa centralização não se trata de medida de alteração de regras de previdência, se trata de gestão da vida previdenciária dos servidores”, disse. Segundo ele, uma equipe foi destacada do corpo funcional do Instituto para atuar exclusivamente nas demandas do RPPU. Sobre a fila do INSS, o coordenador-geral, ao explicar a situação, afirmou que isso “nos machuca nesse processo”. “Pelo que executamos diariamente, ainda que tenhamos fila, que não se justifica, o processo está sendo melhorando no sentido de automatização. Recebemos mil servidores na semana passada, que não é suficiente. Porém, a solução do atendimento do INSS passa muito mais por um processo de automação do que pelos recursos humanos. São necessários [os recursos humanos], mas o sistema precisa processar automaticamente”, afirmou. Confira [aqui](#), na TV ANFIP, a palestra de Luchetta.

Mauro da Silva Thomaz, que integra o Conselho de Administração

do Rioprevidência como representante dos segurados do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, lamentou a diminuição severa dos direitos e benefícios previdenciários dos servidores desde a Emenda 20. Para Thomaz, a melhoria da gestão vai ajudar a superar e tentar achar uma luz no fim do túnel, porém, adianta, “estamos em estado terminal”.

Para o conselheiro, isso aconteceu porque ninguém ouviu no momento certo as pessoas que deveriam decidir, como os atuários, e acabaram fazendo, ao longo de décadas, o que politicamente era mais interessante. Por exemplo, a Lei 1.711, que completou ano passado 70 anos de edição, foi elaborada sem que especialistas em Previdência fossem ouvidos. “Em 1952, quando foi editada, o Brasil era considerado um país jovem, hoje, em 2023, estatisticamente, é um país com envelhecimento acelerado”, citou. Para Thomaz, as preocupações que deveriam permear a edição dos normativos e da Constituição, com todas as premissas necessárias para que existisse um regime próprio do servidor

público sustentável, não aconteceu. Assista [aqui](#) a palestra do conselheiro.

Dalila de Brito Ferreira relatou a sua experiência como gestora da Previ-Rio, entre 2006 e 2008, quando a instituição tinha uma situação financeira confortável. “Ter uma situação confortável é ao mesmo tempo uma tranquilidade e um assombro”, lembrou da época em que havia reservas técnicas importantes, não tinha repasse do Tesouro e existia um cronograma de descaixe em função do pagamento dos benefícios ao longo do tempo. “Os números são grandes, porque a gente tem, além de uma cidade com cerca de 7,5 milhões de habitantes e, se considerar a região metropolitana vai para 11 milhões, somente na prefeitura, 160 mil servidores”, observou.

Devido à situação financeira, a então gestão da Previ-Rio conseguiu implementar uma cartela de benefícios assistenciais, pois havia como financiar. Existia ainda uma carteira imobiliária, com programa de carta de crédito que fez com que os servidores da prefeitura realizassem o sonho da casa própria. “Houve um momento que

a gente pôde pensar em um segundo imóvel”, destacou sobre a realidade vivida na época. Mas, conforme enfatizou, previdência se pensa a longo prazo. “Você não pode imaginar soluções conjunturais imediatistas para questões previdenciárias, pois vai ter que diferir a sua necessidade ao longo dos anos. Qual o problema que isso traz? Há uma diferença de ritmo entre governos, que atuam de quatro e em quatro anos, e a previdência, que responde pela vida depois da fase laborativa”, destacou. Os desafios para os RPPS, de acordo com a gestora, é a manutenção do equilíbrio atuarial, a tendência de redução do número de servidores públicos, reformas legais, complexidade de cálculos, desvio de finalidade dos fundos. Veja [aqui](#) a participação da gestora.

Acesse abaixo os links das apresentações disponibilizadas pelos palestrantes:

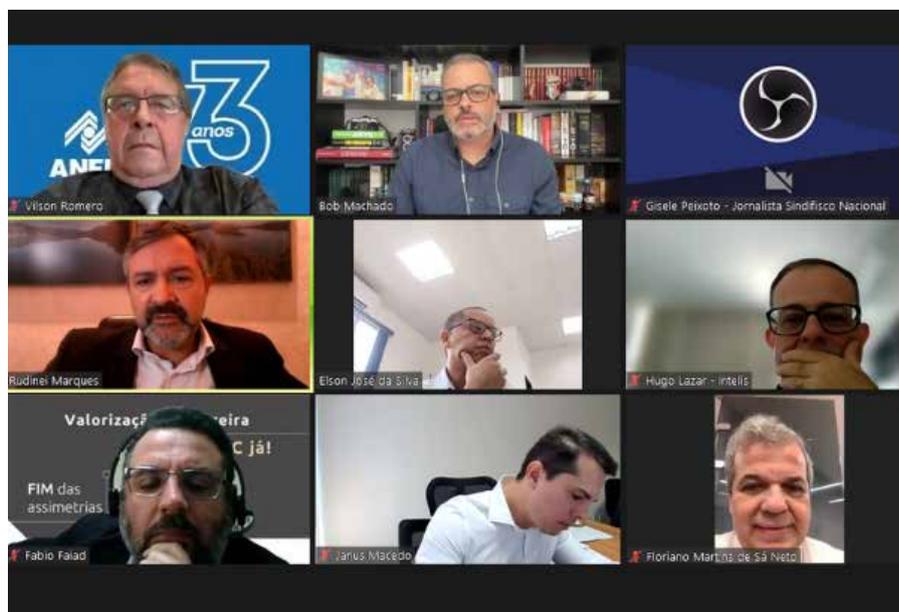
- [Décio Bruno Lopes](#)
- [Alex Albert Rodrigues](#)
- [Olacir Luchetta](#)
- [Mauro da Silva Thomaz](#)
- [Cláudia George Muselli Cezar](#)

ANFIP e Fonacate definem pauta para a campanha salarial de 2024

O presidente Wilson Romero participou da reunião virtual do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), no dia 26 de junho, com as entidades que o integram.

Na ocasião, os dirigentes discutiram as principais reivindicações que serão inseridas na pauta salarial de 2024, cujas negociações devem ter início ainda em 2023. Para isso, está sendo elaborado um documento conjunto com pontos convergentes em prol dos servidores públicos federais, que serão tratados nas Mesas Setoriais e Específicas com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

As entidades defendem, entre as reivindicações, a definição de uma data-base para o reajuste por parte do governo federal e a participação dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho nas negociações, justificadas pela adoção plena da Convenção nº 151 da



Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como a garantia dos direitos previdenciários e a equiparação gradual dos benefícios concedidos aos poderes Legislativo e Judiciário.

O grupo se reunirá novamente para

dar continuidade às discussões sobre o tema, enquanto aguarda a minuta atualizada envolvendo a regulamentação da Mesa Nacional de Negociação Permanente, a ser enviada pelo MGI nas próximas semanas.

ANFIP prestigia comemoração dos 33 anos do INSS e 100 anos da Previdência Social

O presidente Wilson Romero prestigiou o evento comemorativo aos 33 anos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e aos 100 anos da Previdência Social no Brasil, realizado em parceria com a Geap Autogestão em Saúde, no dia 27 de junho, na sede da autarquia, em Brasília.

Romero saudou as entidades organizadoras da cerimônia, que reuniu dezenas de associados e representantes, e ressaltou a importância da data: “A ANFIP se congratula com a comemoração das mais de três décadas

da autarquia que administra o maior sistema de redistribuição de renda do território nacional, base inicial do surgimento de nossa entidade, em 1950”.

Entre os convidados especiais, marcaram presença o presidente do INSS, Glauco André Fonseca Wamburg; o Auditor Fiscal e diretor-superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Ricardo Pena; o coordenador-geral de Centralização do RPPS da União, Olacir Luchetta; e o diretor-presidente da Geap Saúde, Douglas Vicente Figueredo.



ANFIP e fóruns de servidores discutem participação na MNNP

O presidente Wilson Romero e o vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, participaram de reunião, no dia 27 de junho, com os representantes das entidades que integram o Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe). O objetivo foi alinhar as pautas e os detalhes da campanha salarial unificada dos servidores públicos, bem como a participação na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP).

Formado por lideranças associativas e sindicais, o grupo busca a unidade nas reivindicações para apresentar na reunião da MNNP, prevista para acontecer no dia 11 de julho.



Os dirigentes avaliaram, conjuntamente, a necessidade de recompor as perdas salariais dos últimos anos, considerando que houve uma significativa redução das remunerações, em razão da alta da inflação, e que o aumento emergencial de 2023 foi insuficiente; os servidores pediram 27% e o governo concedeu 9%.

Também fazem parte das demandas dos servidores públicos a revogação de medidas anticlassistas, a retirada definitiva da PEC 32/20 (reforma administrativa) da pauta da Câmara dos Deputados e a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (negociação coletiva e direito de greve dos funcionários públicos).

Entidades da Pública planejam atuação para o segundo semestre de 2023



O presidente Wilson Romero participou da reunião do Conselho Deliberativo da Pública Central do Servidor, dia 29 de junho, em conjunto com os demais representantes das entidades que a compõem, para discutir as pautas de atuação no segundo semestre de 2023.

Entre as prioridades, estão ações em prol do financiamento sindical; da recuperação dos direitos trabalhistas e previdenciários; da reconstrução estrutural de universidades e

institutos de pesquisa nacional; da promoção da auditoria da dívida pública e de maior transparência nas contas do governo; do fortalecimento de políticas públicas protetivas ao meio ambiente; e da estruturação das administrações tributárias da União, do Distrito Federal, dos estados e municípios.

Ao se pronunciar durante a reunião, Wilson Romero atentou o grupo para a necessidade de focar no trabalho que está sendo realizado no Congresso Nacional em âmbito federal, referente principalmente às tratativas na Mesa Nacional de Negociação Permanente, e de monitorar a tramitação de matérias, como o arcabouço fiscal e a reforma tributária nas Casas.

Para isso, o grupo concordou em intensificar o contato com parlamentares federais e estaduais; ampliar a participação em congressos, assembleias, lives e outros eventos para promover maior visibilidade da Central; bem como integrar a instalação de grupos de estudo e pesquisa nas áreas de interesse dos servidores públicos de todo o Brasil.

ANFIP integra abertura de seminário sobre política de benefícios fiscais

O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Gilberto Pereira, participou da mesa de abertura do Seminário Internacional: Política de Benefícios Fiscais, Administração Tributária e Estado Democrático de Direito no Brasil, realizado nos dias 27 e 28 de junho, no Anfiteatro do Brasil 21, em Brasília.

Promovido pelo Sindifisco Nacional, o evento discutiu o tema no âmbito da reforma tributária e do novo arcabouço fiscal, reunindo Auditores Fiscais, acadêmicos, autoridades, parlamentares e representantes de entidades do fisco federal, estadual, distrital e municipal.

Gilberto Pereira lembrou que a reforma tributária é algo esperado há muitos anos e que, apesar de agora estar caminhando, precisa ser ampla. “É importante que a reforma seja por completo, tem que haver a reforma da renda e do patrimônio, só do consumo não resolve o problema do nosso país”.

O Auditor Fiscal também defendeu que a população mais pobre deve ser o foco da reforma, a fim de reduzir as desigualdades e melhorar a economia



do Brasil. “Nessa reforma, o principal vencedor tem que ser o povo brasileiro, tem que ser a camada mais pobre da nossa população. Nosso povo tem que melhorar de vida, aqueles que são das classes menos privilegiadas têm que subir na classe social. Não podemos ter um país com tanta desigualdade como temos hoje. E é por isso que a ANFIP vem lutando e esperamos que, com essa reforma, possa caminhar nessa direção”.

A solenidade de abertura contou

ainda com a presença do secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, do presidente do Sindifisco Nacional, Isac Falcão, e de representantes da Associação Nacional das Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim) e da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco).

O evento foi transmitido pelo Youtube, na TV Sindifisco. Acesse [aquí](#).

Frente Parlamentar avalia arcabouço fiscal e impactos para os servidores



As entidades que integram a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público se reuniram no dia 26 de junho para avaliar o cenário político e legislativo das próximas semanas e o impacto da votação de proposições para a administração pública. Pela ANFIP, participou do encontro o presidente Vilson Romero.

O consultor Vladimir Nepomuceno explicou que o projeto do Arcabouço Fiscal (PLP 93/23) é a prioridade de votação

do Legislativo, já que o texto, aprovado pelo Senado Federal, chegará na Câmara dos Deputados. Nepomuceno explicou que o relator será o deputado Cláudio Cajado (PP/BA), que já antecipou que não concorda com as alterações feitas pelos senadores, como manter o Fundo de Valorização da Educação Básica (Fundeb) fora dos limites da regra fiscal. O projeto havia sido aprovado pelos deputados, por meio de acordo político. Como foi alterada no Senado, a matéria volta em apreciação terminativa da Câmara, em seguida vai para sanção presidencial. O texto deve ser votado na próxima semana, já que ele é base para a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que deve ser apreciada até dia 17 de julho.

Para o serviço público, o projeto permite a realização de concursos, porém não se trata de ampliação da força de trabalho. “As limitações para a administração pública continuam. O que se sabe é que os concursos são de instituições que estavam entrando em colapso. Não é ampliação da força de trabalho, é recuperação”, ressaltou Nepomuceno. Além disso, o arcabouço não permite grandes investimentos na administração. “Vamos sofrer limitações se a arrecadação não subir”, avaliou o consultor, que acredita que será difícil efetuar grandes mudanças no projeto. Durante os próximos dias, a Frente vai atuar junto às lideranças para manter, no mínimo, o que o Senado inseriu no texto.

ANFIP apoia lançamento de Frente Parlamentar em defesa da transparência pública

O presidente da ANFIP, Vilson Romero, participou da solenidade de lançamento da Frente Parlamentar Mista pela Transparência Pública, realizada no dia 27 de junho, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, em Brasília.

Sob a presidência do deputado federal Celso Sabino (União/PA), a Frente, que já conta com adesão de 248 parlamentares, tem como objetivo aperfeiçoar a legislação existente, com o propósito de comprovar a probidade dos atos da administração, a regularidade dos gastos, do emprego de bens e recursos públicos.

De acordo com Sabino, a transparência é um pilar fundamental para fortalecer instituições e garantir uma gestão eficiente e responsável. “Assumo com grande responsabilidade a presidência da Frente, consciente da importância vital da transparência para o controle e a integridade no âmbito da administração pública.”

O parlamentar também destacou que a iniciativa pretende estimular a participação da sociedade. “A população tem demonstrado interesse cada vez maior em participar dos processos decisórios da administração pública, seja opinando nas atividades do orçamento participativo ou acompanhando as ações dos gestores públicos. E o objetivo dessa Frente Mista formada por deputados e senadores é fortalecer esses processos de participação cidadã.”

A ANFIP, como demonstra em toda a sua trajetória, preza pela transparência na gestão pública e considera o lançamento da Frente mais uma importante ferramenta para dar clareza a toda a sociedade de onde e como o dinheiro público tem sido utilizado.

Além da Associação, participaram do evento o ministro do Tribunal de Contas da União, Jhonatan de Jesus; autoridades ligadas à transparência



pública; parlamentares, bem como representantes da sociedade civil. A iniciativa também tem apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Com informações e fotos da Atricon

ANFIP acompanha debate sobre proteção de direitos de idosos

A vice-presidente de Aposentadorias e Pensões, Tereza Liduína Santiago Félix, acompanhou no dia 28 de junho a audiência realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, da Câmara dos Deputados, para discutir a Convenção Interamericana sobre a proteção de direitos humanos de idosos.

Para o deputado Aliel Machado (PV/PR), requerente do debate, a Convenção, ainda pendente de aprovação na Câmara,

representa um marco histórico na proteção dos idosos no sistema interamericano. “Ela reconhece a dignidade, autonomia e liberdade como valores fundamentais e estabelece uma série de direitos específicos que devem ser garantidos a este público, tais como o direito à saúde, ao trabalho, à educação, à participação na vida cultural e social, à proteção contra abusos e violência, entre outros”, destacou.

Aliel Machado frisou ainda a

importância de fomentar o debate sobre o tema dentro do Parlamento. “Estamos em um processo de articulação para aprovação dessa [Convenção], que é uma necessidade para o nosso país. Nos constrange ter isso a tanto tempo na pauta”. Segundo o parlamentar, o presidente da Câmara, Arthur Lira, se comprometeu em ajudar a adicionar a matéria à pauta de votações.

Confira o debate completo [aqui](#).

Membros do Pacto de Brasília analisam substitutivo da PEC 45/19

As entidades que integram o Pacto de Brasília, formada por representantes dos fiscos estaduais, distrital, municipais e federal, avaliaram, no dia 23 de junho, o relatório preliminar apresentado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB) à PEC 45/19, que trata da reforma tributária, como prejudicial para União, estados, municípios e, principalmente, para a sociedade. O presidente da ANFIP, Vilson Romero, coordenou a reunião.

O texto, ainda que insira em seu conteúdo a possibilidade de tramitar a Lei Orgânica das Administrações Tributárias ou a Lei Orgânica do Fisco, coloca em risco a autonomia da fiscalização estadual e municipal, com a criação do Conselho Federativo do Imposto sobre Bens e Serviços, assim como para o empresariado, o que gera apreensão em todas as entidades representativas.

O grupo volta a ser reunir, em data a definir, para alinhar os argumentos, respaldar tecnicamente todos os pontos prejudiciais,

para serem apresentados ao Legislativo. As assessorias parlamentares já estão acompanhando a matéria, a fim de intervir no momento oportuno. A expectativa é que o texto seja analisado na primeira semana de julho pelo Plenário da Câmara.



AÇÃO FISCAL

RFB combate fraudes em licitação, formação de cartel, sonegação, peculato e uso irregular de benefícios tributários

A Receita Federal, em ação conjunta com a Polícia Federal, a Controladoria-Geral da União (CGU), o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCE/RO) e o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Estado de Rondônia, deflagrou no dia 27 de junho a Operação Gold Plating, com o objetivo de desarticular organização criminosa suspeita da prática de frustração do caráter competitivo de certame licitatório, superfaturamento de preços e direcionamento de licitação, além de reequilíbrio econômico-financeiro fraudulento, formação de cartel, sonegação fiscal, peculato e uso irregular de benefícios tributários.

O trabalho investigativo foi iniciado a partir de nota técnica conjunta do TCE/RO e CGU, que apontou indícios de conluio, direcionamento e sobrepreço na aquisição de material hidráulico (tubos corrugados PEAD) que eram adquiridos por meio de adesão a atas de registro de

preços (ARP) instituídas por Consórcio Público do estado de Rondônia.

Segundo a CGU, teria ocorrido superfaturamento, sendo o provável dano causado de R\$5.447.910,93 em compras por municípios de Rondônia, em razão da adesão às atas de registro de preços investigadas.

Por meio da análise das operações comerciais realizadas pelo grupo econômico investigado, a Receita Federal identificou o uso irregular de benefícios tributários da Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim/RO, uma vez que as mercadorias adquiridas por empresa localizada na área beneficiada eram retiradas dessa área sem o recolhimento dos tributos devidos. Também há indícios de omissão de receitas e rendimentos auferidos entre os anos de 2020 e 2022 que giram em torno de R\$ 80 milhões.

Foram cumpridos 16 mandados de busca e apreensão no estado de Rondônia. Participaram da operação 9 Auditores Fiscais e analistas tributários

da Receita Federal, cerca de 60 policiais federais, 13 servidores da CGU e 13 servidores do TCE/RO.

Benefícios tributários - As Áreas de Livre Comércio (ALC) na região norte foram criadas para promover meios que possibilitassem a criação de centros industriais em zonas longínquas, com a finalidade de desenvolvê-las. Os produtos ali produzidos ou negociados não podem e não devem concorrer com aqueles dos demais pontos do território nacional, sujeitos à tributação normal, sob pena de violação ao princípio da isonomia tributária.

Assim, para se fazer uso desses benefícios, as mercadorias adquiridas devem ser utilizadas exclusivamente nas áreas beneficiadas, tanto no emprego da produção, quanto para a comercialização. Caso tais mercadorias sejam retiradas do território da ALC, os tributos desonerados no momento da compra deverão ser recolhidos.

Fonte: Receita Federal

ESTADUAL

ANFIP-SP realizará reunião para tirar dúvidas sobre Grupo Fisco; será dia 5 de julho

A ANFIP-SP – Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em São Paulo – realizará, no dia 5 de julho, às 14h, reunião com o escritório Lauris Advogados Associados sobre o Grupo Fisco.

Os advogados Paulo Lauris e Roberta Cristina Paganini Toledo prestarão informações acerca do

andamento das Ações no Auditório da entidade, localizado na Rua Barão de Itapetininga, 151, no quarto andar.

Os associados que não puderem participar presencialmente poderão fazê-lo de forma remota, pelo aplicativo Zoom, disponível para computadores e aparelhos celulares.

O link para participação na reunião

será enviado no dia 3 para os associados inscritos. Caso tenha dúvida sobre como utilizar o Zoom, clique [aqui](#).

Para participar

As inscrições poderão ser efetuadas **até o dia 4 de julho**, às 12h, com a Auxiliar Jurídica da ANFIP-SP, Brunna Souza, pelo telefone **(11) 3121-5173** ou pelo e-mail juridico@anfip-sp.org.br.

Nova edição do Plantão Fiscal, informativo da Agafisp

O Plantão Fiscal, informativo da Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul, a Agafisp, destaca nesta edição a cerimônia comemorativa pelo aniversário da Associação, que completou 61 anos em maio deste ano. Acesse [aqui](#) o informativo para saber todos os detalhes do evento e para ver a galeria de imagens.



ANFIP-PR elege nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal

A Estadual do Paraná (ANFIP-PR) elegeu os integrantes da nova diretoria para o biênio 2023/2025. A posse será realizada no dia 14 de julho, em um almoço especial no restaurante Porta Romana.

Conselho Executivo

Presidente: Josemar Jorge Cecatto Santos

VP substituto: João Eudes da Silva

VP de Administração de Patrimônio: Luiz Carlos de Assunção

VP de Finanças e Orçamentos: Daniel de Assis

VP de Política de Classe: Carlos Alberto Barbosa

VP de Relações Públicas Cultura Profissional e Divulgação: Terezinha Pereira

VP de Atividades Sociais e Desportivas: Osvaldo Nogara

VP de Aposentados e Pensionistas: Ademar Borges

Conselho Fiscal

Marcio Humberto Gheller

Jabismar Corsato

Joel Blaszczyk

BENEFÍCIOS E CONVÊNIOS

Economize em drogarias e farmácias com o seu Clube de Vantagens

Já utilizou o Clube de Vantagens para ter descontos em farmácias e drogarias? Então aproveite! Emita sua carteirinha digital tem +saúde, diretamente na plataforma de benefícios, e tenha descontos nas principais redes de comercialização de medicamentos.

Os descontos chegam a 27% na Droga Raia e na Drogasil e a até 35% na Pague Menos e na Extrafarma. Drogarias Pacheco e São Paulo também fazem parte da lista, com descontos que chegam a 25%. Acesse a anfip.temvantagens.com.br e garanta sua economia.

Graduação em Odontologia com condições imperdíveis; aproveite!

A Odontologia é a área da saúde que preserva e restaura o movimento mais lindo do ser humano: o sorriso!

Pensando nisso, o Clube de Vantagens da ANFIP, em parceria com o grupo Cruzeiro do Sul Educacional,

disponibilizou a graduação no curso com matrícula isenta e descontos exclusivos.

Não perca a oportunidade! Acesse a plataforma [aqui](#) e confira as condições.

FALE COM A ANFIP

GERAL

(61) 3251-8100

0800 701 6167 (somente telefones fixos ou públicos)

E-mail: ouvidoria@anfip.org.br

APOSENTADORIAS E PENSÕES

3004-1200 (custo de ligação local)

(61) 99973-5776 (WhatsApp)

E-mail: aposentadoriasepensoes@anfip.org.br

Atualize ou confirme seus dados cadastrais de 1º/5 a 31/7

Acesse e concorra ao sorteio de um Samsung Galaxy S23 + 5G



CADASTRO

(61) 99938-4548 (WhatsApp)

E-mail: cadastro@anfip.org.br

COMUNICAÇÃO SOCIAL

(61) 98289-5150 (WhatsApp)

E-mail: comunicacao@anfip.org.br

JURÍDICO

3004-9197 (custo de ligação local)

(61) 98176-9051 (WhatsApp)

(61) 3251-8121 / 8123 / 8126

E-mail: juridico@anfip.org.br

PRESIDÊNCIA

E-mail: presidencia@anfip.org.br

SECRETARIA

(61) 98151-7925 (WhatsApp)

E-mail: secretaria@anfip.org.br

SERVIÇOS ASSISTENCIAIS

3004-9196 (custo de ligação local)

(61) 98366-6006 (WhatsApp)

E-mail: assistenciais@anfip.org.br

MarktClub: 0800 932 0000 – Ramal: 4199

Benevix (Concierge): (27) 99663-6339

concierge@benevix.com.br

Benevix/Unimed: 0800 606 7272

Geap: 0800 728 8300

ANFIP

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ANFIP

ANFIP